

**ATA DA TRECENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA OITAVA (378ª) REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – ORDINÁRIA – DA COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN. NIRE Nº 42300015024, CNPJ nº 82.508.433/0001-17.**

<b>DADOS DA REUNIÃO</b>			
<b>Data:</b>	25 de maio de 2021	<b>Horário:</b>	Das 8h30 às 12h30
<b>Local:</b>	Realizada por videoconferência em razão das medidas sanitárias de combate ao COVID-19		
<b>PRESENCAS</b>			
Décio Augusto Bacedo de Vargas	Presidente do Conselho		
Ciro Loureiro Rocha	Conselheiro		
Eduardo José de Souza	Conselheiro		
Felipe Cesar Lapa Boselli	Conselheiro		
Haneron Victor Marcos	Conselheiro		
Messias Fontinhas de Souza	Conselheiro		
Roberta Maas dos Anjos	Conselheira		
Sabrina Weiss Raupp	Conselheira		
Suzana Fortunato de Sousa	Conselheira		
<b>JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA</b>			
---			
<b>ORDEM DO DIA</b>			
<b>1. ASSUNTO PARA CONHECIMENTO</b>			
<b>1.1</b>	<b>Relatório de Atividades do CAE</b>		
<b>1.2</b>	<b>Atualização e acompanhamento de demandas</b>		
<b>2. DELIBERAÇÃO</b>			
<b>2.1</b>	<b>Aprovação das Atas do CAE para publicação</b>		
<b>2.2</b>	<b>Apreciação das Demonstrações Financeiras do 1º ITR 2021</b>		
<b>2.3</b>	<b>Prospecção de Debêntures 2021</b>		

2.4	<b>Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2020</b>
2.5	<b>CI 007/2021 Conselheiro Haneron</b>
2.6	<b>Recomposição da Auditoria</b>
2.7	<b>Metas dos novos indicadores</b>
2.8	<b>ACTs</b>
<b>1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:</b>	
1.1	<p><b>Relatório de Atividades do CAE:</b> Os membros do CAE, Carlos Velloso (coordenador) e Cristiane Cardoso apresentaram os trabalhos desenvolvidos de dezembro de 2020 a março de 2021, período em que o comitê realizou 11 reuniões, destacando especificamente a supervisão dos trabalhos da auditoria interna com revisão e orientações, com redefinição de prioridades para PAAI 2021; supervisão dos trabalhos da gerência de conformidade e riscos: revisão e orientações; análise das Demonstrações Financeiras de 2020; reuniões com a atuarial “Lumens Atuarial” – onde tomou conhecimento das atuais hipóteses em que o Plano está fundamentado, como a taxa de juros, a meta atuarial, as tábuas de sobrevivência e de invalidez adotadas, as quais resultaram nas recomendações técnicas que foram adotadas ao final de 2019 para ajustar o Plano à conjuntura econômica e ao perfil dos participantes, empregados e aposentados da CASAN; O CAE se aprofundou no conhecimento dos resultados e da posição patrimonial da CASANPREV em reunião com a Exacto Auditoria, empresa responsável pelos trabalhos de auditoria contábil da CASANPREV. O CAE se manifestou no sentido de que a CASAN deva adotar o Plano CD em curto prazo, minimizando riscos para a Companhia; análise e recomendações sobre o Fundo de Investimento SM4; avaliação do incidente do SES da Lagoa da Conceição, tecendo recomendações. Destacaram os seguintes pontos de atenção: Revisão do Plano de trabalho e estratégia da CASAN referente ao Marco Regulatório, Perfil da Dívida, Saldo Contábeis Antigos, Gestão da mudança em relação a revisão do Marco Regulatório, Contratação de seguros, Criação Plano CD de forma equilibrada. Os Conselheiros elogiaram a atuação do CAE e agradeceram a presença. O Conselho solicitou reunião com os representantes da CASANPREV para explanação sobre o plano CD.</p>
1.2	<p><b>Atualização e acompanhamento de demandas:</b> <i>Contratação da consultoria de Planejamento Estratégico (APL):</i> O Assessor de Planejamento, Engº Filipe Alcioni apresentou o estágio atual do processo de contratação, que se encontra em fase de elaboração de minuta contratual. Estima-se que a contratação aconteça em agosto de 2021. O Conselheiro Felipe Boselli argumentou que dada sua expertise com contratações, ele prevê que a contratação demore mais do que a expectativa da área de planejamento. <i>Não incidência de PIS/COFINS em valores de repasses a municípios (DF e PGC):</i> O Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores, Ivan Gabriel Coutinho, informou que a consulta ainda encontra-se na Procuradoria Geral da Casan para emissão de parecer. <i>Ações junto ao Governo do Estado no sentido do estabelecimento de unidades regionais de saneamento básico, blocos de referência e gestão associada (Lei 14.026) – Diretoria Executiva:</i> A Diretora-Presidente, Engª Roberta Maas dos Anjos, informou que já estão em tratativas sobre o assunto junto ao Governo do Estado para sanear a questão. O</p>

	<p>Conselheiro Haneron Marcos destacou que no Conselho Estadual de Saneamento a questão já tem sido discutida, buscando a utilização do modelo de regiões metropolitanas. <i>Comissão de conciliação de obras</i>: O Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores, informou que já está sendo realizado trabalho conjunto entre a DF e a DO, com algumas indicações da Auditoria Interna. <i>Política de PD&amp;I (Comissão)</i>: A Coordenadora da Comissão de PD&amp;I, Eng<sup>a</sup> Anigeli Dal Mago e a Gerente de Planejamento, Íris Merizi, apresentou pontos destacados da Proposta de Política de PD&amp;I desenvolvida pela Comissão, informou também que o material já foi apresentado ao Comitê de Eficiência, Sustentabilidade e Inovação. A matéria será pautada na próxima RCA para deliberação.</p>
<b>2. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO:</b>	
<p style="text-align: center;"><b>2.1</b></p>	<p><b>Aprovação das Atas do CAE para publicação:</b> Foi aprovada, por unanimidade, a publicação das atas 74, 75, 76 e 77 do Comitê de Auditoria Estatuário – CAE. O Conselheiro Eduardo Souza destacou a necessidade de que a Diretoria Executiva verifique o ponto levantado na ata 77 sobre a dificuldade da Auditoria em receber as informações solicitadas às áreas da empresa.</p>
<p style="text-align: center;"><b>2.2</b></p>	<p><b>Apreciação das Demonstrações Financeiras do 1º ITR 2021:</b> Registrando a presença de Carlos Rocha Velloso, Coordenador do CAE e de Cristiane Scholz Faisca Cardoso, membro do CAE. O Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores, Ivan Gabriel Coutinho, expôs as demonstrações financeiras do 1º ITR de 2021, apresentando o Balanço Patrimonial, Fluxo Disponível, Investimentos, Composição de Empréstimos e Financiamentos, Demonstrações de Resultado, EBITDA e as maiores despesas no período, explicando as variações em relação ao mesmo período do ano passado. O Diretor também deu conhecimento aos presentes sobre a elevação do <i>rating</i> da Companhia emitido pela Fitch Ratings, para BBB+. <i>Relato do Comitê de Auditoria Estatuário (CAE)</i>: O Coordenador do CAE relatou que a reunião com a Diretoria Financeira na apresentação do 1º ITR foi satisfatória e que o Comitê não viu óbices à aprovação e publicação das Demonstrações Financeiras do 1º Trimestre. <i>Relato do Comitê Financeiro</i>: O Coordenador do Comitê Financeiro, Conselheiro Messias Fontinhas de Souza, relatou que foram realizadas duas reuniões do Comitê Financeiro para apreciação Demonstrações Financeiras do 1º Trimestre, a primeira foi realizada conjuntamente com o CAE, e que o Comitê Financeiro recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras apresentadas. Os Conselheiros parabenizaram a Diretoria Executiva pelo trabalho realizado que se reflete na melhoria do <i>rating</i> da empresa. O Conselheiro Eduardo Souza registrou a recomendação de que a PGC apresente no fechamento do próximo trimestre uma análise mais detalhada e aprofundada sobre as provisões jurídicas. O Conselheiro Haneron Marcos destacou preocupação com a liquidez apresentada, com a crescente dependência de capital de terceiros e com a rolagem das dívidas sem uma evidência estruturante. As Demonstrações Financeiras do 1º Trimestre de 2021 foram aprovadas por unanimidade.</p>
<p style="text-align: center;"><b>2.3</b></p>	<p><b>Prospecção de Emissão de Debêntures 2021:</b> Registrando a presença de Carlos Rocha Velloso, Coordenador do CAE e de Cristiane Scholz Faisca</p>

	<p>Cardoso, membro do CAE. O Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores, Ivan Gabriel Coutinho, O Assistente da Diretoria Financeira e de Relações com os Investidores realizou explanação acerca das motivações da Companhia no sentido de realizar nova emissão de debêntures, iniciando a explicação com o histórico da 2ª emissão, destacando que o caixa da empresa ficará pressionado a partir de setembro de 2021, quando se finda o prazo de carência da 2ª emissão, que atualmente representa 44% das dívidas da Companhia. Como justificava e oportunidade para a Emissão das Debentures estão a necessidade da CASAN em manter o gerenciamento da dívida de curto prazo a níveis saudáveis; a necessidade de <i>funding</i> para financiar os projetos cujas obrigações constam dos Contratos de Programa; a janela atual de oportunidade detectada em sondagens junto às instituições financeiras devido ao apetite por parte dos investidores e carteira própria bancos e a possibilidade de realizar a nova Emissão a taxas mais atrativas e prazos mais longos tendo em vista que os juros estão em patamares historicamente baixos e com possibilidade de aumentar no curto prazo; a possibilidade de Financiar ou refinar projetos com impacto Ambiental e social positivo ao mesmo tempo – ESG (critérios ambientais, sociais e de governança); a forte demanda atual de investidores específicos para títulos ESG; a possibilidade de melhorar a imagem da Companhia - através de marketing destacando as credenciais verdes do emissor e suporte para investimentos verdes; e o case de sucesso da CORSAN Debêntures Sustentáveis R\$ 600 milhões, 5, 7 e 10 anos. A Diretoria Financeira propõe buscar junto ao mercado: Emissão de Debêntures Simples para rolagem da 2ª Emissão de R\$ 600 milhões com prazo mínimo de 5 anos; e a Emissão de Debêntures de Infraestrutura/Sustentáveis para os projetos no valor de até R\$ 400 milhões com prazo mínimo aproximado de 10 anos, com as seguintes características: <i>Emitente:</i> CASAN – Cia. Catarinense de Águas e Saneamento. <i>Tipo de Operação:</i> Debêntures Simples e/ou Debêntures de Infraestrutura (Lei 12.431/2011). <i>Valor total:</i> Até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de Reais). <i>Séries:</i> (i) Série Única R\$ 600 milhões e (ii) múltiplas séries até R\$ 400 milhões. <i>Regime de Colocação:</i> Garantia Firme de colocação e Regime de Melhores Esforços de colocação. <i>Destinação dos Recursos:</i> Resgate antecipado da 2ª Emissão de Debêntures e financiamento de projetos de infraestrutura. <i>Expectativa Prazo:</i> Mínimo de 24 meses de carência e mínimo de 60 meses prazo total. <i>Garantias:</i> 1,5x o serviço da dívida (PMT) mensal. <i>Remuneração:</i> CDI ou IPCA, acrescida de spread. Após a explanação os membros do comitê concordaram com a realização da prospecção de mercado, sendo ainda feitas as seguintes solicitações: apresentação do histórico das captações e operações de crédito realizadas pela Companhia e do destino dos recursos captados; apresentação de fluxo de caixa demonstrando a necessidade da emissão de novas debêntures com cenários de médio e longo prazo que demonstrem, também, a desalavancagem financeira da empresa; a apresentação do Cronograma da Operação; bem como alguns ajustes a serem feitos no RFP (<i>Request For Proposal</i>) de forma a ampliar a participação de entes do mercado. Os membros do CAE se pronunciaram favorável à proposta, bem como o Comitê Financeiro, ficando acordado que quinzenalmente a DF irá posicionar o Comitê Financeiro sobre atualizações da operação, bem como o Conselho de Administração nas suas reuniões ordinárias, devendo ser apresentado aos Conselheiros a aplicação dos valores da operação. A operação de prospecção acerca da emissão de debêntures foi aprovada por unanimidade.</p>
2.4	<p><b>Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2020:</b> A RI da CASAN, Bianca de Oliveira, apresentou a proposta da Carta Anual de Políticas</p>

	Públicas e Governança Corporativa 2020, sendo aprovada a Carta pendente de revisão final pelo Comitê de Governança, Risco e Conformidade, aprovado por unanimidade.
<b>2.5</b>	<b>CI 007/2021 Conselheiro Haneron:</b> A CI 007/2021 do Conselheiro Haneron Victor Marcos endereçada ao Presidente do Conselho lista argumentos que visam interpretar a questão de ser defeso ao Conselheiro representante dos empregados a participação em discussões e deliberações relacionadas à questão de recursos humanos, e por extensão a sua participação do Comitê de Recursos Humanos do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho postulou no sentido de que a vedação da participação como adoção das melhores práticas de governança, pois criando a norma geral evita-se a necessidade de declaração de impedimento por interesse toda vez que matérias que reflitam conflito de interesse do representante sejam apreciadas. Colocado em votação pela manutenção do disposto no art. 20 §1º do Regimento Interno do Conselho de Administração por retratar as boas práticas de governança corporativa, preservando a ocorrência de situações de conflito de interesse. A proposta foi aprovada por maioria, sendo o voto divergente do Conselheiro Haneron Victor Marcos.
<b>2.6</b>	<b>Recomposição da Auditoria:</b> O Comitê de Recursos Humanos entendeu ser conveniente a utilização do processo já realizado pelo CAE para preencher uma das vagas remanescentes. Após análise do currículo, o Presidente do Conselho indicou o nome da funcionária Janice Maria Baumgarten para o cargo de Auditora Interna, o que foi aprovado por unanimidade.
<b>2.7</b>	<b>Metas dos novos indicadores:</b> Retirado de pauta
<b>2.8</b>	<b>ACTs:</b> Item retirado de pauta em razão de reunião do Grupo Gestor do Governo que ocorrerá em 28 de maio de 2021 com os representantes das estatais para discussão deste assunto.
<b>LAVRATURA</b>	
Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho deu por encerrada a reunião e suspendeu os trabalhos para confecção desta ata que foi lida e, excepcionalmente, considerando-se a quarentena pela COVID-19, não foi assinada, mas aprovada, estando os conselheiros cientes por videoconferência, nos termos do §2º do artigo 15 do Regimento Interno do Conselho de Administração.	
<b>ASSINATURAS</b>	
<p><b>DÉCIO AUGUSTO BACEDO DE VARGAS</b> Presidente do Conselho</p> <p><b>RACHEL BEATRIZ FIDELIS</b> Secretária da Reunião</p>	